



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONCURSO PÚBLICO

Edital n. 01/2007 – ALMG

ANALISTA LEGISLATIVO CONSULTOR LEGISLATIVO Área II – FINANÇAS PÚBLICAS

Código 215

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

Este caderno contém a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

Use como rascunho a Folha de Respostas reproduzida no final deste caderno.

Ao receber a Folha de Respostas:

- confira seu nome, número de inscrição e cargo de opção;
- assine, A TINTA, no espaço próprio indicado.

Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas:

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

- use apenas caneta esferográfica azul ou preta;

• preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;

- assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

GUIDE BEM DELA, ELA É A SUA PROVA.

No período estabelecido para a realização da prova, está incluído o tempo necessário à transcrição das respostas do rascunho para a Folha de Respostas.

ATENÇÃO: Nos termos do Edital n. 01/2007-ALMG, "Será eliminado do concurso o candidato que [...] portar arma no local de realização das provas [...] portar ou fizer uso de quaisquer equipamentos eletrônicos e/ou instrumentos de comunicação [...] celular [...] ou outros similares [...]" (subitem 8.2, alíneas "f" e "g").

DURAÇÃO TOTAL DA PROVA: QUATRO HORAS



Fundação de
Desenvolvimento
da Pesquisa

ATENÇÃO

Senhor(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **60 (sessenta) questões de múltipla escolha de Conhecimentos Específicos** —, cada uma constituída de **4 (quatro) alternativas**, das quais apenas **uma** responde corretamente ao que é solicitado em cada questão.

Havendo algum problema, informe-o ***imediatamente*** ao Aplicador de Provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso V.Sa. não observe essa recomendação, ***não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posteriores.***

Questão 01

Com relação ao Orçamento Público, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O período de vigência do PPAG é de 4 (quatro) anos coincidente com o mandato do Chefe do Executivo Estadual.
- B) A Constituição Federal faz previsão de três tipos de orçamento: fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais.
- C) A lei orçamentária pode conter autorização ao Executivo para abrir créditos suplementares.
- D) As chamadas leis orçamentárias previstas na Constituição são: PPAG, LDO e LOA.

Questão 02

Assinale a alternativa que apresenta o princípio relativo à não inserção de matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa Na Lei Orçamentária.

- A) Universalidade
- B) Unidade
- C) Exclusividade
- D) Especialização

Questão 03

As alterações orçamentárias são realizadas por meio dos créditos adicionais.

Assinale a alternativa em que estão relacionados os créditos que dependem de autorização legislativa prévia.

- A) Créditos extraordinários e suplementares
- B) Créditos adicional e especial
- C) Somente os créditos especiais
- D) Créditos especiais e suplementares

Questão 04

Na apreciação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, as emendas apresentadas pelos parlamentares não poderão ser aprovadas se forem incompatíveis com a

- A) Lei do Plano Plurianual de Ação Governamental (LPPAG).
- B) Lei do Orçamento Anual (LOA).
- C) Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente (LDO).
- D) Lei do Orçamento da Seguridade Social (LOSS).

Questão 05

Com relação aos princípios orçamentários, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A LOA deverá conter apenas matéria financeira relativa à previsão da receita e à fixação da despesa, excetuadas as autorizações para a abertura de créditos adicionais especiais e a contração de operações de crédito.
- B) A constituição admite a possibilidade de vinculação de receitas como regra geral, em desobediência ao princípio da não afetação das receitas.
- C) A Lei Orçamentária poderá destinar dotações globais a alguns programas relacionados ao custeio de certas atividades.
- D) Os princípios orçamentários tratados na Lei n. 4.320/64 são: anualidade, universalidade e unidade.

Questão 06

As diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal são estabelecidas

- A) pelas diretrizes orçamentárias.
- B) pelo plano plurianual.
- C) pelo orçamento anual.
- D) pelo orçamento da seguridade social e de investimentos.

Questão 07

Em relação à transposição de recursos orçamentários sem prévia autorização legislativa, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) É vedada de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.
- B) Somente é vedada de um poder para outro.
- C) Somente é vedada de uma categoria para outra
- D) A transposição de recursos é livre desde que dentro do exercício orçamentário.

Questão 08

Considerando as normas que regem a elaboração e a execução do orçamento público brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A abertura e utilização de créditos extraordinários estão condicionadas à existência prévia de recursos especificamente identificados.
- B) A Lei de Diretrizes Orçamentárias, além do previsto na Constituição Federal, deve incluir o Anexo de Metas e Prioridades e o Anexo de Metas Fiscais.
- C) A Lei Orçamentária Anual será instruída pelos princípios da anualidade, da publicidade, da universalidade, da unidade e do orçamento bruto.
- D) Alterações no projeto de lei orçamentária após seu envio ao congresso nacional não podem ser efetuadas por iniciativa do poder executivo.

Questão 09

Numere a **COLUNA II** de acordo com a **COLUNA I**, relacionando os requisitos necessários da despesa pública por conta do ordenamento jurídico instituído com os respectivos conceitos.

COLUNA I	COLUNA II
1 . Legitimidade	() implica não se admitir a realização de despesas que não atendam a uma necessidade efetiva do próprio Estado ou do conjunto da sociedade.
2 . Publicidade	() significa que a despesa deve corresponder a uma necessidade pública efetiva, atender requisitos quanto à oportunidade e conveniência de sua execução e considerar, também, a possibilidade contributiva do cidadão.
3 . Legalidade	() representa o debate no âmbito do Legislativo e a publicação da Lei Orçamentária Anual, bem como a disponibilização tempestiva à sociedade das informações quanto aos atos adotados na fase de execução.
4 . Utilidade	() significa a prévia autorização legislativa e alocação orçamentária.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de números **CORRETA**.

- A) (1) (2) (3) (4)
- B) (4) (1) (2) (3)
- C) (2) (1) (3) (4)
- D) (4) (2) (1) (3)

Questão 10

“No mês passado, o resultado primário foi superavitário em R\$ 8,796 bilhões, o melhor resultado para julho desde o início da série [...]”

A informação extraída da citação acima é a seguinte:

- A) a receita primária arrecadada no mês de julho foi de R\$ 8,796 bilhões.
- B) as receitas não financeiras superaram as despesas não financeiras em R\$ 8,796 bilhões.
- C) as receitas totais da entidade foram superiores às suas despesas totais em R\$ 8,796 bilhões.
- D) resultado primário são receitas que o governo obtém sem ampliação de sua dívida ou redução de seus ativos.

Questão 11

As receitas públicas financeiras ou primárias, para fins de cálculo do resultado primário, correspondem ao total da receita arrecadada deduzidas as seguintes, **EXCETO**

- A) ganhos obtidos em aplicações financeiras.
- B) superávit financeiro do exercício anterior.
- C) ingressos decorrentes de operações de crédito.
- D) receitas patrimoniais.

Questão 12

Assinale a alternativa que apresenta despesa(s) considerada(s) não financeira(s), para fins de cálculos do resultado primário.

- A) Aquisição de títulos de capital já integralizado
- B) Concessão de empréstimos com retorno garantido
- C) Despesas de capital
- D) Amortização, juros e outros encargos das dívidas interna e externa

Questão 13

A Lei Complementar n. 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), instituiu mecanismos mais rigorosos para a administração das finanças nas três esferas de governo.

Entre as obrigatoriedades instituídas, **NÃO** se inclui

- A) estabelecimento de metas anuais de resultado fiscal, por intermédio das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), das três esferas de governo.
- B) opção pela não implementação de todos os tributos previstos na Constituição, nas três esferas de governo, quando os gastos com pessoal estiverem dentro dos limites legais.
- C) observância dos limites de gastos com pessoal.
- D) corte de despesas programadas, quando nova estimativa de receitas indicarem riscos de não cumprimento das metas de resultado estabelecidas na LDO.

Questão 14

Assinale a alternativa que apresenta **corretamente** os quatro eixos em que se apóia o ordenamento institucional estabelecidos pela LRF.

- A) Planejamento, transparência, controle e responsabilização
- B) Auditoria, execução financeira, dívida pública e resultado primário
- C) Moralidade, legalidade, eficiência e impessoalidade
- D) Sustentabilidade, publicidade, auditoria e planejamento

Questão 15

De acordo com a LRF, para fins de apuração dos limites de pessoal, **NÃO** se considera(m) como despesas de pessoal

- A) o somatório dos gastos com o pagamento de pessoal ativo.
- B) os pagamentos a pessoas em decorrência de mandatos eletivos.
- C) os encargos sociais.
- D) serviços de terceiros e encargos.

Questão 16

Na forma preconizada na LRF, **NÃO** se caracteriza como transparência da gestão a elaboração e divulgação do seguinte documento:

- A) Prestação de Contas e respectivo parecer prévio.
- B) Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG).
- C) Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).
- D) Plano Plurianual (PPA).

Questão 17

Compete ao Tribunal de Contas, conforme previsto na LRF, alertar aos poderes e órgãos quanto à ocorrência da seguinte situação:

- A) despesas com pessoal e montante das dívidas ultrapassando 90% dos respectivos limites.
- B) excesso de arrecadação da receita prevista na Lei Orçamentária
- C) compatibilidade da Lei Orçamentária com os instrumentos de planejamento.
- D) não previsão desta função para o Tribunal de Contas na LRF.

Questão 18

A Lei Complementar n. 101/00, ou Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) regulamentou o artigo 163 da Constituição Federal, estabelecendo as normas orientadoras das finanças públicas no País.

Entre os documentos abaixo, assinale o que **NÃO** foi tratado pela LRF.

- A) Lei Orçamentária Anual (LOA)
- B) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
- C) Plano Plurianual (PPA)
- D) Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Questão 19

Entre as características abaixo relacionadas, indique a que **NÃO** marcou as práticas de planejamento utilizadas nos países em desenvolvimento a partir de meados do século XX.

- A) Forte crença no sucesso das medidas de intervenção do Estado na economia.
- B) Metas demasiadamente abrangentes.
- C) Alto grau de integração entre ações de distintas agências governamentais, assim como entre distintos programas.
- D) Atuação prioritária nos setores de infra-estrutura especialmente transporte, energia e comunicação.

Questão 20

Numere a **COLUNA II** de acordo com a **COLUNA I**, associando os tipos de programas que são incluídos no PPA, às respectivas descrições.

COLUNA I	COLUNA II
1 . Programas Finalísticos	() Programas dos quais resultam bens ou serviços ofertados diretamente ao Estado.
2 . Programas de Serviço ao Estado	() Programas dos quais resultam bens ou serviços diretamente à sociedade.
3 . Programas de Gestão de Políticas Públicas	() Programas que contemplam as despesas de natureza tipicamente administrativa.
4 . Programas de Apoio Administrativo	() Programas destinados ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade de determinado órgão.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de números **CORRETA**.

- A) (2) (1) (4) (3)
- B) (1) (2) (4) (3)
- C) (3) (4) (2) (1)
- D) (2) (1) (3) (4)

Questão 21

NÃO constitui objetivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecido na Constituição Federal:

- A) dispor sobre as alterações da legislação tributária.
- B) estabelecer políticas de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- C) estabelecer critérios e formas de limitação de empenho.
- D) definir as metas e prioridades da administração pública.

Questão 22

Com relação ao sistema orçamentário brasileiro, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A constituição atribui ao Poder Executivo a responsabilidade pelo sistema de planejamento e orçamento.
- B) Como co-responsável e participante da elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento, cabe ao parlamento discutir, aperfeiçoar e aprovar os projetos dessas leis.
- C) A forma constitucional prevista para atuação legislativa, em sua participação na elaboração dos planos e orçamentos, dá-se por meio de emendas aos projetos de lei.
- D) As leis orçamentárias dos entes governamentais brasileiros fixam as receitas e estimam os valores das despesas autorizadas em montantes compatíveis com a previsão de arrecadação.

Questão 23

Com relação às finanças públicas, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Durante o exercício financeiro, algumas despesas contratadas ao longo do ano ainda não terão sido pagas. Seus valores constituem os chamados restos a pagar.
- B) Política econômica é o conjunto de estratégias de intervenção do governo na economia, visando a eficácia produtiva, a equidade distributiva, a estabilidade e a sustentabilidade das atividades econômicas.
- C) Em relação à Receita Pública, dois princípios norteiam a teoria da tributação: o princípio da neutralidade e o princípio da equidade.
- D) O ordenamento jurídico brasileiro consagrou o princípio de que nenhuma despesa pública poderá ser realizada sem prévia dotação orçamentária e prévia autorização legislativa.

Questão 24

Analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Na realização da despesa pública, a prévia provisão de recursos constitui-se na inclusão, nos orçamentos anuais, de recursos destinados à cobertura dos custos das atividades desenvolvidas pelo Estado.
- B) O resultado nominal pode ser considerado como a própria necessidade de financiamento do setor público.
- C) Em se tratando de despesa pública, a prévia autorização legislativa confunde-se com a previsão orçamentária.
- D) Cabe à LDO dispor sobre as normas para o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários.

Questão 25

As normas para a elaboração dos orçamentos têm por objetivo evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas à elaboração dos orçamentos.

A LDO, ao normatizar a elaboração dos orçamentos, **NÃO** trata de

- A) vedações e transferências para o Setor Privado
- B) limitação orçamentária e financeira
- C) diretrizes específicas do Plano Plurianual
- D) transferências voluntárias.

Questão 26

O Anexo de Metas Fiscais da LRF fixa metas de Receita, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública a serem observadas no exercício financeiro a que se refere, além de sinalizar com metas fiscais para os dois exercícios seguintes.

NÃO faz parte do referido Anexo:

- A) a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
- B) o rol das despesas que terão precedência na alocação dos recursos no projeto e na Lei Orçamentária no exercício subsequente e na sua execução.
- C) a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores públicos e programas estatais de natureza atuarial.
- D) o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Questão 27

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) conterà a avaliação dos passivos contingentes e outros capazes de afetar as contas públicas, no momento da elaboração do orçamento, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

A denominação desse anexo é

- A) Anexo de Riscos Fiscais.
- B) Anexo de Metas e Prioridades.
- C) Anexo de Riscos.
- D) Anexo de Avaliação de Passivos Contingentes.

Questão 28

Para alcançar os objetivos das políticas públicas, a política orçamentária tem como objetivos específicos, **EXCETO**

- A) fomentar o crescimento econômico.
- B) assegurar o cumprimento das funções elementares do Estado, como justiça e segurança.
- C) universalizar o acesso aos bens e serviços produzidos pelo setor público ou pelo setor privado.
- D) aumentar a receita extra-orçamentária do exercício orçamentário.

Questão 29

De acordo com o artigo 41 da Lei n. 4.320/64, os créditos adicionais podem ser classificados como

- A) especiais, extraordinários e suplementares.
- B) orçamentários, especiais e fiscais.
- C) extraordinários, especiais e adicionais.
- D) orçamentários, extra-orçamentários e fiscais.

Questão 30

Constituem recursos disponíveis para abertura de créditos adicionais, **EXCETO**

- A) o superávit financeiro apurado no balanço financeiro do exercício anterior.
- B) os provenientes de excesso de arrecadação.
- C) os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias
- D) o produto de operações de crédito autorizadas.

Questão 31

A Constituição estabelece as regras fundamentais para a aprovação de emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária anual.

Entre os enunciados abaixo, assinale o que **NÃO** se enquadra na regra constitucional.

- A) As emendas não podem acarretar aumento na despesa total do orçamento a menos que sejam identificados erros ou omissões nas receitas devidamente comprovadas.
- B) É obrigatória a indicação dos recursos a serem cancelados de outra programação já que normalmente as emendas provocam a inserção ou o aumento de uma dotação.
- C) Podem ser objeto de cancelamento as despesas com pessoal, benefícios previdenciários, juros, transferências constitucionais e amortização de dívida.
- D) É obrigatória a compatibilidade da emenda apresentada com as disposições do PPA e da LDO.

Questão 32

Entende-se por estágio da receita orçamentária cada passo identificado que evidencia o ingresso da receita no caixa do governo.

Indique a alternativa abaixo que **NÃO** corresponde a estágio da receita orçamentária

- A) Previsão
- B) Pagamento
- C) Arrecadação
- D) Lançamento

Questão 33

Em relação ao exercício financeiro e ao princípio orçamentário do equilíbrio, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Exercício financeiro é o espaço de tempo compreendido entre o início da execução orçamentária e a data de seu término. No caso brasileiro, conforme determina o art. 34 da Lei n. 4.320/64, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil.
- B) Considera-se como nova receita orçamentária do exercício o cancelamento de despesas inscritas em Restos a Pagar.
- C) O equilíbrio das receitas e despesas deve ser compreendido no tempo e não se deve confundir equilíbrio orçamentário da previsão e da dotação com o equilíbrio da realização das receitas e da execução das despesas ao longo do exercício. O governo não pode autorizar o empenho de despesa sem ter arrecadado, ou seja, contando com a estimativa de receita para o período.
- D) Na contabilidade pública, o registro da receita é efetivado no momento da arrecadação que antecede ao ingresso dos recursos no caixa único.

Questão 34

Numere a **COLUNA II** de acordo com a **COLUNA I**, associando os tipos de receita pública às respectivas descrições.

COLUNA I	COLUNA II
1 . Receita Corrente Líquida	() são receitas oriundas de tributos, contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, serviços e outras.
2 . Receita Efetiva	() é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos não forma precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes e, por isso, alteram a situação líquida patrimonial.
3 . Receitas Derivadas	() terminologia dada ao parâmetro destinado a estabelecer limites legais definidos pela LRF.
4 . Receitas Originárias	() são receitas como as da iniciativa privada, que têm uma origem real num bem ou serviço vendido, faturados sob a forma de preços públicos ou tarifas, sem qualquer imposição.
5 . Receitas Primárias	() são oriundas do patrimônio dos contribuintes, sem nenhuma contraprestação específica, como no caso dos impostos.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de números **CORRETA**.

- A) (1) (2) (5) (3) (4)
- B) (5) (2) (1) (4) (3)
- C) (3) (4) (1) (5) (2)
- D) (5) (1) (2) (3) (4)

Questão 35

Receita Pública é um conjunto de ingressos financeiros com fonte e fatos geradores próprios e permanentes oriundos da ação e de atributos inerentes à instituição e que, integrando o patrimônio, na qualidade de elemento novo, produz-lhe acréscimo, sem, contudo, gerar obrigações, reservas ou reivindicações de terceiros.

No que diz respeito à Receita Pública, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A Lei n. 4.320/64 estabelece que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas. Em decorrência dessa determinação, diz-se que, na contabilidade pública, é adotado o regime de competência para a classificação da receita.
- B) A restituição de receitas recebidas no exercício deverá ser feita mediante apropriação de despesa orçamentária, devendo, nesse caso, fixar dotação para pagamento dessas restituições na Lei Orçamentária Anual.
- C) Renúncia de receita é a não arrecadação de receita em função da concessão de isenções, anistias ou subsídios.
- D) A Lei n. 4.320/64 estabelece que o sistema classificatório das receitas seja feito de acordo com a categoria econômica: Receitas Orçamentárias e Receitas Extra-Orçamentárias.

Questão 36

Despesa Pública é o conjunto de dispêndios do Estado, ou de outra pessoa de direito público para o funcionamento do serviço público.

Em relação à despesa pública, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A despesa pública deve ser sempre antecedida de previsão orçamentária contendo a fixação do total de despesas.
- B) Despesa pública não se confunde com desembolso de caixa, pois alguns desembolsos representam meras saídas de recursos dos cofres públicos.
- C) A LRF determina que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhada de licitação.
- D) Os desembolsos extra-orçamentários não estão previstos no orçamento e correspondem a fatos de natureza financeira decorrentes da própria gestão pública.

Questão 37

Analise as seguintes afirmativas em relação à Despesa Pública e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () As operações especiais são instrumentos de organização da atuação governamental.
- () Os programas são ações que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto. E não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- () A atividade é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam em um período limitado de tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.
- () O projeto é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (F) (F)
- B) (V) (F) (V) (F)
- C) (V) (V) (V) (V)
- D) (F) (F) (V) (V)

Questão 38

Assinale a alternativa que **NÃO** se refere a uma etapa de execução da despesa pública.

- A) Previsão Orçamentária
- B) Empenho
- C) Processo licitatório
- D) Lançamento

Questão 39

De acordo com o artigo 58 da Lei n. 4.320/64, empenho é o ato emanado da autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Assinale a alternativa abaixo que **NÃO** apresenta uma modalidade de empenho.

- A) Ordinário
- B) Global
- C) Processado
- D) Estimativo

Questão 40

A liquidação da despesa, de acordo com o disposto no artigo 63 da Lei n. 4.320/64, consiste na verificação do direito pelo credor, tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Assinale a alternativa abaixo que **NÃO** representa uma finalidade da fase de liquidação da despesa.

- A) Apuração da Origem e o objeto que se deve pagar
- B) Montante exato da importância a ser paga
- C) A quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.
- D) A existência de crédito orçamentário que suporte o montante da despesa.

Questão 41

De acordo com o artigo 35 da Lei n. 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro:

- I. as receitas nele arrecadadas; e
- II. as despesas nele legalmente empenhadas.

Por esse preceito, podemos afirmar que

- A) será considerada como despesa do exercício aquela que nele se encontrar legalmente empenhada e liquidada.
- B) a contabilidade pública adota o sistema misto, ou seja, competência para a despesa e caixa para a receita.
- C) a apropriação e o reconhecimento da receita se realizam na fase de recolhimento.
- D) a contabilidade pública adota os princípios fundamentais de contabilidade que reconhecem a receita e a despesa pelo princípio de competência.

Questão 42

Nos termos do artigo 36 da Lei n. 4.320/64, considera-se Restos a Pagar despesas empenhadas, mas não pagas dentro do mesmo exercício financeiro.

Assinale a proposição que **contraria** essa afirmação.

- A) Os restos a pagar têm sua origem nos princípios da legalidade da despesa e da anualidade do orçamento público.
- B) Restos a pagar processados são despesas em que o credor já tenha cumprido as suas obrigações.
- C) Restos a pagar não processado são despesas empenhadas e ainda não liquidadas.
- D) O pagamento dos restos a pagar se realizará de forma orçamentária, ou seja, será incluído no orçamento do exercício financeiro em que se dará o pagamento.

Questão 43

De acordo com o artigo 74 da Constituição Federal, o Controle Interno deve ser estruturado de forma integrada entre os Poderes, com as seguintes finalidades, **EXCETO**

- A) avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- B) exercer o controle das operações de créditos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União, dos estados e municípios.
- C) julgar as contas de administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos.
- D) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Questão 44

Os valores a receber, provenientes de receita tributária ou não-tributária lançadas e não arrecadadas dentro do exercício, após a apuração de sua liquidez e certeza, são classificados pela contabilidade pública como

- A) dívida flutuante.
- B) resíduos financeiros.
- C) dívida ativa.
- D) créditos tributários a receber.

Questão 45

O Resultado Patrimonial do exercício apurado pela Contabilidade Pública corresponde à diferença entre

- A) Receita Orçamentária e Despesa Orçamentária.
- B) Variações Patrimoniais Ativas e Variações Patrimoniais Passivas
- C) Ativo Financeiro e Passivo Permanente
- D) Superávit Primário e Superávit Nominal

Questão 46

A realização da despesa orçamentária referente à aquisição de um veículo para uso é registrada pela Contabilidade Pública como

- A) mutação da Despesa.
- B) superveniência Ativa.
- C) superveniência Passiva.
- D) mutação da Receita.

Questão 47

Um desconto concedido por um credor de uma entidade pública referente a uma dívida fluante é registrado pela contabilidade como

- A) variação ativa – resultante da execução orçamentária.
- B) variação passiva – mutações patrimoniais.
- C) variação ativa – mutações patrimoniais.
- D) variação ativa – independente da execução orçamentária.

Questão 48

As variações patrimoniais podem ser resultantes ou independentes da execução orçamentária.

As independentes da execução orçamentária compreendem

- A) as receitas e despesas orçamentárias e as mutações delas decorrentes.
- B) as superveniências e as insubsistências ativas e passivas ocorrida durante o exercício.
- C) as receitas orçamentárias adicionadas do saldo atualizado de dívida ativa, excluindo as despesas orçamentárias e a inscrição em restos a pagar.
- D) as receitas extra-orçamentárias deduzidas das despesas extra-orçamentárias.

Questão 49

Considere os seguintes dados extraídos da execução orçamentária da despesa.

- Despesa Fixada 250
- Economia Orçamentária 50
- Despesa Liquidada 175
- Despesa Paga 120

Nesse caso, o valor inscrito em restos a pagar **NÃO** processado corresponde a

- A) 25
- B) 55
- C) 75
- D) 50

Questão 50

Analisando o resultado da execução orçamentária da receita e da despesa, constatou-se o seguinte:

- Receita Estimada R\$ 200,00
- Receita Arrecadada R\$ 220,00
- Despesas Pagas R\$ 150,00
- Despesa Fixada R\$ 200,00
- Despesas Realizadas R\$ 190,00

Considerando as informações acima, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Houve um excesso de arrecadação de R\$ 30,00.
- B) Houve uma economia de despesa de R\$ 30,00.
- C) O superávit orçamentário foi de R\$ 20,00.
- D) Houve um acréscimo de caixa de R\$ 70,00.

Questão 51

O conceito de **segregação de função**, para fins de controle interno, significa que

- A) um mesmo servidor não pode ser responsável pelo departamento de compras e financeiro.
- B) um mesmo servidor não pode ser responsável pelo almoxarifado e pelos registros contábeis.
- C) um servidor responsável pelas finanças não pode prestar serviço no almoxarifado.
- D) um mesmo servidor não pode prestar serviço no financeiro e no setor orçamentário.

Questão 52

Assinale a alternativa que representa a ocorrência de um desfalque temporário no patrimônio de uma entidade.

- A) Um servidor responsável pela tesouraria efetua um desvio de recurso financeiro em uma entidade, trocando o nome do beneficiário de uma ordem de pagamento pelo seu nome.
- B) Um servidor responsável pela custódia de um computador da entidade tem acesso ao sistema informatizado que permite lançamentos contábeis.
- C) Um servidor desvia recebimentos de receita própria de uma entidade após o seu registro inicial e subavalia os débitos na respectiva conta de bancos e superavalia os débitos na conta de despesas de manutenção.
- D) Um servidor rouba material de escritório e faz lançamento contábil debitando a conta despesa de material de consumo e creditando a conta de almoxarifado de material de consumo.

Questão 53

O auditor interno utiliza na realização dos trabalhos de auditores diversas metodologias e técnicas de auditoria.

Entre elas, podemos citar os testes de observância que têm como objetivo

- A) verificar se os processos de despesas estão habilitados para pagamento.
- B) avaliar se o sistema levantado é o que está sendo utilizado nas operações rotineiras da entidade.
- C) avaliar se os servidores estão sendo regularmente treinados.
- D) avaliar se o saldo da conta caixa da entidade está em conformidade como o saldo do balancete.

Questão 54

Assinale a alternativa que **melhor** define o principal objetivo dos papéis de trabalho na rotina de um trabalho de auditoria.

- A) Apresentar as informações para prestação de contas junto Tribunal de Contas.
- B) Auxiliar a entidade a atingir de seus objetivos estatutários.
- C) Servir de base para o auditor interno preparar as demonstrações financeiras da entidade.
- D) Registrar as evidências obtidas pelo auditor durante a execução dos trabalhos de auditoria.

Questão 55

Numere a **COLUNA II** de acordo com a **COLUNA I** relacionando os elementos de controle interno com o conceito que melhor define cada um.

COLUNA I	COLUNA II
1 . Ambiente de controle	<input type="checkbox"/> métodos e registros estabelecidos para identificar, registrar, analisar e relatar as transações da entidade e manter as responsabilidades, envolvendo o fornecimento de entendimento claro dos papéis e responsabilidades de cada funcionário nos controles internos.
2 . Avaliação de risco	
3 . Informação de comunicação	
4 . Atividades de controle	<input type="checkbox"/> procedimentos executados que periodicamente avaliam a qualidade dos controles internos.
5 . Monitoração	<input type="checkbox"/> "dá o tom" para a organização e representa a base sobre a qual os demais componentes se erguem. <input type="checkbox"/> políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretrizes da administração estejam sendo seguidas e que as ações dirigidas aos riscos de consecução dos objetivos da entidade estejam sendo tomadas. <input type="checkbox"/> identificação, análise e administração dos riscos relevantes para consecução dos objetivos da entidade.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de números **CORRETA**.

- A) (4) (5) (1) (3) (2)
- B) (1) (5) (3) (4) (2)
- C) (5) (1) (2) (3) (4)
- D) (2) (1) (4) (3) (5)

Questão 56

Numere a **COLUNA II** de acordo com a **COLUNA I**, correlacionando os procedimentos de auditoria com as contas ou processos auditáveis.

COLUNA I	COLUNA II
1 . Confirmação com terceiros	() numerário em tesouraria
2 . Contagem física	() numerário em conta corrente bancária
3 . Conferência de cálculos	() prestação de contrato de empréstimo em moeda estrangeira
4 . Inspeção de documentos	() aquisição de bens imóveis
5 . Revisão analítica	() situação financeira da entidade através de índices de liquidez

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de números **CORRETA**.

- A) (3) (5) (1) (2) (4)
- B) (2) (1) (3) (4) (5)
- C) (2) (3) (1) (5) (4)
- D) (3) (1) (4) (2) (5)

Questão 57

Com relação ao trabalho desenvolvido pelo auditor interno nas organizações públicas, podemos afirmar que

- A) cabe ao auditor interno a responsabilidade primária na prevenção e identificação de fraude e erros da entidade pública.
- B) o auditor interno, mesmo ao constatar falha e irregularidades relevantes que demandam providências imediatas, deve cumprir o cronograma de emissão do relatório previsto no planejamento dos trabalhos discutido com o dirigente máximo da entidade auditada.
- C) a gerência do risco de negócio não se enquadra na área de atuação do auditor. Contudo, na ocorrência de falhas nos controles internos que ensejam riscos de negócio, cabe ao auditor oferecer sugestões para eliminar ou atenuar seus efeitos.
- D) não faz parte das obrigações profissionais do auditor interno realizar investigações para determinar as ocorrências de irregularidades em consequência de controles internos deficientes.

Questão 58

A avaliação de risco é um dos elementos do controle interno e representa uma etapa importante do trabalho do auditor interno.

Diante disso, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Os riscos de negócio estão relacionados com o objetivo da entidade e não aumentam os riscos de auditoria.
- B) Funções críticas de controle interno são aquelas que, na falta de aderência, ocasionam riscos de negócio.
- C) A função do controle interno tem como finalidade principal salvaguardar o interesse da entidade cuja desobediência acarretará risco para o atingimento dos objetivos.
- D) A natureza do risco associado com um procedimento de controle interno é função do objetivo desse mesmo procedimento.

Questão 59

As afirmativas a seguir dizem respeito aos procedimentos adotados pela auditoria interna na realização dos seus trabalhos, **EXCETO**

- A) **fraude** é o ato intencional de omissão praticado para manipular documentos, registros e relatórios.
- B) o **teste substantivo** tem como objetivo a obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema administrativo da entidade pública.
- C) a **avaliação do controle interno** compreende conhecimento e compreensão dos procedimentos e métodos estabelecidos e um grau razoável de segurança de que estes estão sendo aplicados e funcionando conforme o previsto.
- D) os **procedimentos de revisão analítica** permitem ao auditor identificar os saldos ou operações anormais.

Questão 60

Um servidor de uma entidade pública responsável pelo Sistema de Folha de Pagamento incluiu na sua remuneração vantagens pessoais indevidas. Os relatórios de pessoal emitidos pelo sistema não são conferidos pelo setor responsável pelo Pagamento de Pessoal e servem de base para a contabilização da despesa de pessoal da entidade.

A fraude cometida pelo empregado é de natureza

- A) limitada.
- B) permanente.
- C) temporária.
- D) eventual.

FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

01	A	B	C	D	21	A	B	C	D	41	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
02					22					42				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
03					23					43				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
04					24					44				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
05					25					45				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
06					26					46				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
07					27					47				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
08					28					48				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
09					29					49				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
10					30					50				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
11					31					51				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
12					32					52				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
13					33					53				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
14					34					54				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
15					35					55				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
16					36					56				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
17					37					57				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
18					38					58				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
19					39					59				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
20					40					60				

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**